

PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 18



Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Relatório da Administração 2021

Senhores Acionistas: A administração da Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.) - "Companhia" em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de suas Sessões Plenárias, o Relatório Administrativo 2021, que consta das demonstrações financeiras e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, aprovados pelo Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2020. **Mensagem da Administração:** A Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada EIL03 S.A.), foi constituída em 20 de agosto de 2013 com o nome EIL03 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Em 12 de julho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração da razão social da Companhia de EIL03 S.A. para Holding do Araguaia S.A. Em 06 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia, o valor de R\$2.774,000, mediante a emissão de 2.774 novas ações ordinárias que foram totalmente subscritas pela GLP X Participações S.A. que passou a deter 35% do capital da Companhia. Em 10 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$524.992.074,00 mediante a emissão de 524.992.074 novas ações ordinárias, sendo que 341.244,84 ações foram subscritas pela Ecovias Concessões e Serviços S.A. e 183.747,226 ações subscritas pela GLP X Participações S.A. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis e as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras. **Resultados Econômicos e Financeiros - Receita Bruta:** A receita bruta totalizou R\$19,5 milhões em 2021, sendo na sua totalidade receita de construção da controlada direta Ecovias Araguaia. **Receita de Construção:** R\$19,5 milhões em 2021, devido às obras contratuais iniciais realizadas no exercício. **Curtos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$20,2 milhões em 2021, devido aos custos com contratações iniciais na controlada direta Ecovias do Araguaia. **Serviços de Terceiros:** R\$5,5 milhões em 2021, principalmente de compras corporativas e de engenharia prestadas pela ECS, pelos custos com Assessoria Jurídica e consultoria, **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$3,5 milhões em 2021, principalmente devido aos custos de verbas de fiscalização para o Poder Concedente na controlada Ecovias do Araguaia. **Outros:** R\$0,8 milhão em 2021 impactado pelos custos iniciais pré-operacionais com materiais de consumo, custos fixos e custos com passagens e hospedagem. **Depreciação e Amortização:** R\$0,1 milhão em 2021, devido as depreciações iniciais com softwares, hardwares e móveis e utilitários na controlada Ecovias do Araguaia. **Custo de Construção de obras:** R\$19,5 milhões em 2021, em função do cronograma de obras iniciais no período de acordo com o contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explanativa nº 18 da Demonstrações Financeiras da Companhia. **Ebitda e Margem Ebitda:** Em 2021, o Ebitda totalizou -R\$ 2,4 milhões. O resultado financeiro do período é resultado negativo de R\$0,9 milhão impactado pelos encargos financeiros e financiamentos e desembargos e pela capitalização dos juros sobre o endividamento. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Prejuízo do Exercício:** Em 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$13,7 milhões. **Disponibilidade Financeira:** A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contrata os Auditores Independentes para trabalhos diversificados, com exceção da auditoria independente Declaração da Diretoria. A Diretoria da Holding do Araguaia S.A. agradece a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração.

São Paulo, 14 de março de 2022.

A Administração

do seu resultado, o que é de R\$13,7 milhões. Disponibilidade Financeira: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contrata os Auditores Independentes para trabalhos diversificados, com exceção da auditoria independente Declaração da Diretoria. A Diretoria da Holding do Araguaia S.A. agradece a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração.

São Paulo, 14 de março de 2022.

A Administração

do seu resultado, o que é de R\$13,7 milhões. Disponibilidade Financeira: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contrata os Auditores Independentes para trabalhos diversificados, com exceção da auditoria independente Declaração da Diretoria. A Diretoria da Holding do Araguaia S.A. agradece a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração.

do seu resultado, o que é de R\$13,7 milhões. Disponibilidade Financeira: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contrata os Auditores Independentes para trabalhos diversificados, com exceção da auditoria independente Declaração da Diretoria. A Diretoria da Holding do Araguaia S.A. agradece a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração.

do seu resultado, o que é de R\$13,7 milhões. Disponibilidade Financeira: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contrata os Auditores Independentes para trabalhos diversificados, com exceção da auditoria independente Declaração da Diretoria. A Diretoria da Holding do Araguaia S.A. agradece a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração.

do seu resultado, o que é de R\$13,7 milhões. Disponibilidade Financeira: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contrata os Auditores Independentes para trabalhos diversificados, com exceção da auditoria independente Declaração da Diretoria. A Diretoria da Holding do Araguaia S.A. agradece a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração.

do seu resultado, o que é de R\$13,7 milhões. Disponibilidade Financeira: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contrata os Auditores Independentes para trabalhos diversificados, com exceção da auditoria independente Declaração da Diretoria. A Diretoria da Holding do Araguaia S.A. agradece a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração.

do seu resultado, o que é de R\$13,7 milhões. Disponibilidade Financeira: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contrata os Auditores Independentes para trabalhos diversificados, com exceção da auditoria independente Declaração da Diretoria. A Diretoria da Holding do Araguaia S.A. agradece a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e a Administração.

do seu resultado, o que é de R\$13,7 milhões. Disponibilidade Financeira: A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sendo 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrada o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explanativa nº 10 da Demonstrações Financeiras. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$45,6 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório da Administração da Ecovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecovias.com.br/. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em entendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TC 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia

PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 19

Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 8 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de estimativas contábeis é o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: a) mudanças nas estimativas contábeis resultante de novas informações ou novos eventos não significa a reclassificação de um erro - Os efeitos da mudança de um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da reclassificação de erros de períodos anteriores. O Board acrescentou que a mudança nas estimativas contábeis não se resumem à implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 8 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	A alteração produz uma exceção da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para os ativos e passivos tributáveis em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da natureza e medida, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem originar no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

e) Prejuízo básico e diluído por ação: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado líquido aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O resultado líquido é o resultado obtido após a dedução das despesas e impostos devido ao exercício das ações ordinárias, considerando as diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares, podendo originar no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

f) Demonstrações do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. O IFRS 8 não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, sendo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas são utilizadas para determinar o valor contábil de ativos e passivos devido a que estas referem-se a futuras possibilidades de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estando contempladas a seguir:

a) Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto para a determinação de descontos a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;

b) Provisão: A determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;

c) Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análise que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos do Concessionário, determinações e classificação dos gastos com construção e concessão com a administração do reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controlada da Companhia e suas características estão descritas na Nota Expositiva nº 2.3. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente o potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigatoriedade da assinatura da contratação, mas não o momento da construção, na contrapartida ao ativo intangível.

e) Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

f) Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análise que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos do Concessionário, determinações e classificação dos gastos com construção e concessão com a administração do reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controlada da Companhia e suas características estão descritas na Nota Expositiva nº 2.3. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente o potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigatoriedade da assinatura da contratação, mas não o momento da construção, na contrapartida ao ativo intangível.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Aplicações Financeiras

Controladora Consolidado 31/12/2021 31/12/2020

Caixa e bancos 3

Aplicações financeiras:

Fundo de investimentos (a) 12.362 431.645

Aplicações automáticas (b) 130 365

12.492 432.013

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de pétrola conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimento são remuneradas à taxa de 103,1% a. v. em 31 de dezembro de 2021 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Aléás das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicações automáticas, que são recursos disponíveis em conta corrente e são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

7. Contabilidade de Construção

Controladora Consolidado 31/12/2021 31/12/2020

Recursos não vinculados 813 28.383

813 28.383

Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referem-se às aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (12,05% do CDI em 31 dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 junho 2022. Em 31 de dezembro de 2020, não havia valores aplicados nesta modalidade.

8. Investimentos

Controladora Consolidado 31/12/2021 31/12/2020

Valores das investidas 1.923.136

Patrimônio líquido 1.923.136

31/12/2020

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. -

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. -

31/12/2020

a) Em 12 de julho de 2021 a Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., realizou aporte de capital na Companhia, mediante a conferência de bens e direitos de sua titularidade representados pelas ações da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. b) Para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam de fato as demonstrações de uma entidade econômica única, de acordo com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, os encargos financeiros da 1ª emissão das Notas Promissórias emitidas perante a Controladora em agosto de 2021, e da 1ª emissão de Debêntures também emitidas perante a Controladora em outubro de 2021, com o objetivo específico da construção da Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga da Controladora no âmbito do Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, são apresentados como capitalizados, da mesma maneira que são tratados os encargos financeiros do projeto obtidos na própria controlada. Para que o patrimônio líquido das balanças patrimoniais da Companhia, consolidado e individual, seja igual, os ajustes das demonstrações consolidadas foram transpostos para as demonstrações individuais da Companhia na rubrica de investimentos. A amortização dos encargos financeiros capitalizados seguirá todos os critérios de depreciação de ativo intangível da controlada, após o início das operações nas prasas de imposto, previstas no outubro de 2022.

9. Imobilizado - Consolidado

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

10. Intangível - Consolidado

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O valor residual é ajustado para o período em que o ativo for baixado. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo intangível.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias da data da balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e/ou tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Controladora Consolidado 31/12/2021 31/12/2020

Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social (13.658) (13.247)

Aliquota de imposto de renda e contribuição social 34% 34% 34%

Imposto de renda e contribuição social 4.644 4.504

Ajustes para cálculo da taxa efetiva:

Equivalência patrimonial 262 (36)

Créditos tributários não constituidos (23.194) (23.194)

Incentivos Fiscais - 3

Capitalização juros/sinvestimentos 18.288 18.288

Outros - 24

Despesa de imposto de renda e contribuição social - (411) - (411)

Imposto de renda e contribuição social correntes - -

Impostos diferidos - -

Taxa efetiva - -

b) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - Consolidado: A movimentação do resultado do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

31/12/2021 31/12/2020

Saldo no início do exercício provisão IR/CS (411) 411

Saldo no fim do exercício provisão IR/CS - -

12. Empréstimos e Financiamentos

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

31/12/2021 31/12/2020

Saldo no início do exercício - -

Adições 1.398.174

Encargos financeiros (vide Nota Expositiva nº 20) 22.949

Pagamento principal (1.400.000)

Pagamento de juros (21.123)

</div

PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 20

Continuação

20. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras.....	590	-	14.076	-
Outras receitas financeiras.....	1	-	1	-
Despesas financeiras:				
Juros sobre débitores.....	(16.173)	-	(16.173)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos.....	(22.949)	-	(22.949)	-
Variação da cotação sobre débitores.....	(27.586)	-	(27.586)	-
Amortização de custos com emissão de débitores.....	(1.158)	-	(1.158)	-
Juros capitalizados.....	53.700	-	53.700	-
Pis e Cofins sobre receitas financeiras.....	(27)	-	(65)	-
Outras despesas financeiras.....	(14)	-	(47)	-
Resultado financeiro, líquido.....	(14.117)	-	(14.778)	-
21. Prejuízo Por Ação				
a) Prejuízo básico: O prejuízo básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:				
	31/12/2021	31/12/2020		
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia				
e utilizado na apuração do prejuízo básico e diluído por ação.....	(13.658)	-		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.....	221.097	3		
Prejuízo básico e diluído por ação: A Companhia não possui dividida conversível em ações.				
b) Prejuízo diluído por ação: A Companhia não possui dividida conversível em ações.				
22. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros				
Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.				
Índice de endividamento				
	Controladora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (a)	1.390.070	-	2.463.601	-
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados.....	(11.679)	-	(1.476.247)	-
Dívida líquida.....	1.378.391	-	987.354	-
Patrimônio líquido (b)	599.221	(1)	599.221	-
Índice de endividamento líquido.....	2,30	-	1,65	-
(a) A dívida é definida como débitores e obrigações com poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 13 e 16; e (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: A Administração da Companhia elegiu as instâncias financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser colecionadas, além das limitações quanto aos potenciais de alocação de recursos e calo, a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo de capital.				
• Aplicações financeiras: são formadas por operações compromissadas, certificado de depósito bancário (CDB) renumerados a taxa média ponderada de 103,1% do CDI em 31 dezembro 2021, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Débitores: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. • Obrigações com Poder Concedente: mensurados pelo valor justo através do resultado. Valor justo de ativos e passivos financeiros. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são como segue:				

Membros Efetivos:	Conselho de Administração		
	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente)	ALBERTO LUIZ LODI	RUI JUAREZ KLEIN
		MAURO OLIVEIRA DIAS	DANILLO DE MATOS MARCONDES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

• Otimizar o entendimento dos controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude é mais difícil de detectar.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Se existir incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e as nossas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

• Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, com os auditores independentes e com os controladores da Companhia e suas controladas. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência. • Comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

• Os auditores que forem objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2022

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Assuntos
Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

• Otimizar o entendimento dos controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude é mais difícil de detectar.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Se existir incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e as nossas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

• Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, com os auditores independentes e com os controladores da Companhia e suas controladas. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência. • Comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

• Os auditores que forem objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Assuntos
Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa opini